

Escola Superior de Altos Estudos

Artigos e Dissertações

OS VALORES SOCIAIS DOS JOVENS: A CONCILIAÇÃO DA VIDA FAMILIAR E PROFISSIONAL

Manuela Carrito

*Dissertação de Mestrado em Família e Sistemas Sociais - 'Os Valores Sociais dos Jovens: A Conciliação da Vida Familiar com a Vida Profissional'**

Orientadora: Maria João da Costa Pereira

Data da defesa: 19/07/2002

A sociedade portuguesa viveu, na segunda parte do século XX, profundas transformações sociais, nomeadamente, na instituição familiar. A entrada das mulheres no mercado de trabalho bem como a divulgação e generalização de métodos anticoncepcionais mais eficazes, como a pílula, a partir dos anos 60, contribuíram para uma acentuada diminuição do número de filhos, a par de um crescente investimento na educação. Na década de 70, as alterações legislativas do regime democrático estabeleceram um novo plano igualitário entre homem e mulher no seio familiar, bem como o reconhecimento do direito ao divórcio com o conseqüente aumento da situação de monoparentalidade e de reconstituição familiar. Estas mudanças contribuíram para o aparecimento de novos valores e estiveram na origem de mutações na vivência dos papéis masculinos e femininos, com estatutos mais igualitários entre marido e mulher e uma maior proximidade afectiva entre pais e filhos.

Nas gerações anteriores, a divisão de tarefas e de responsabilidades entre homens e mulheres estava socialmente bem definida sendo encarada como um facto natural, decorrente do destino biológico. A família actual, em contraste, caracteriza-se por uma conjugalidade baseada na igualdade entre sexos e na partilha de responsabilidades familiares, nomeadamente, nos cuidados e educação dos filhos menores. Esta partilha,

* A autora foi distinguida, por esta pesquisa, com a Menção Honrosa do prémio *Mulher Investigação Carolina Michaëlis de Vasconcelos 2002*, atribuído pelas ONGs da Comissão para a Igualdade e os Direitos da Mulheres.

indispensável à conciliação das esferas da família e do trabalho tem evoluído, no entanto, de uma forma bem mais lenta que a legislação igualitária publicada desde a instauração do regime democrático (Virgínia Ferreira 1999; Infante 1989; Vasconcelos 1998a). As práticas familiares quotidianas demonstram que as mulheres, de uma forma 'naturalizada' acumulam a maioria das tarefas domésticas, juntamente com a actividade profissional, enquanto os homens, também numa forma 'natural' fazem um maior investimento na sua carreira profissional. Por outro lado, a geração jovem actual vive numa época em que os valores igualitários se encontram interiorizados discursivamente e assumidos como 'socialmente correctos', mas cresceram e foram educados, na maioria dos casos, em famílias onde as diferenças de género condicionavam a divisão de tarefas. Sobre este assunto diversos autores (Saraceno 1995; Torres 1996) têm considerado a existência de três modelos de repartição de tarefas no interior da conjugalidade:

- O modelo simétrico ou a igualdade entre os sexos e ambos assumem responsabilidades familiares e profissionais.

- O modelo simétrico atenuado, ou seja, ambos os sexos assumem responsabilidades profissionais, mas é atribuída à mulher a responsabilidade pelas tarefas familiares.

- O modelo assimétrico com uma divisão estrita de papéis e de competências. Neste caso, o homem assume o trabalho profissional e o sustento da família e a mulher o trabalho doméstico.

É importante, assim, investigar quais os valores dos jovens sobre a difícil conciliação da vida profissional e familiar e se estes aderem maioritariamente a um modelo simétrico de responsabilidades nas duas esferas ou se, pelo contrário, perpetuam visões mais tradicionais da família. Certamente que posicionamentos mais 'liberais' ou mais 'conservadores' são visíveis noutros aspectos directamente relacionados com a vida familiar como o aborto, o divórcio, a infidelidade ou o planeamento familiar, e estão directamente relacionados com os modelos de conjugalidade defendidos¹. Sendo assim, considerou-se importante nesta investigação avaliar o modo como os valores dos jovens nos aspectos atrás referidos condicionam os papéis conjugais e a conciliação das esferas profissional e familiar.

METODOLOGIA

A opção metodológica para a recolha de informações foi o inquérito por questionário. Este método, embora não fosse, à partida, o mais indicado para o estudo de sistemas valores, permitiu, porém, a recolha de dados numa amostra significativa. Outras opções metodológicas, como a recolha de dados por entrevista, teriam, certamente, concedido aos entrevistados maior liberdade e precisão nas respostas, não permitindo, contudo, apresentar resultados em número considerado significativo. Na última parte do questionário, onde se concentraram as questões relacionadas com a conciliação da vida profissional e familiar, a opção foi pela escala de Likert que permitiu chegar a conclusões mais precisas sobre o tema. A escala foi construída de forma a que uma pontuação final elevada traduzisse uma posição simétrica, por relação à conciliação da esfera profissional e familiar. A análise dos resultados teve em consideração quatro variáveis: sexo, idade, nível de escolaridade e tipologia familiar. A variável sexo foi, sem dúvida, a mais importante para o estudo, uma vez que a questão de género é central nesta investigação, encontrando-se, por outro lado, na base da distinção tradicional entre as esferas da família e do trabalho.

Hipóteses:

O estudo encontra-se fundamentado na seguinte pergunta de partida: Quais os valores dos jovens sobre a conciliação da vida profissional com a vida familiar? Ou seja, será que estes dois pilares são igualmente importantes para os jovens, independentemente do sexo, ou, perante a dificuldade de os conciliar, a qual deles é atribuída uma maior importância? A partir desta pergunta, foram colocadas as seguintes hipóteses que se pretendem confirmar ou infirmar sobre a conciliação da vida profissional com a vida familiar:

Hipótese 1: Existe uma hierarquia de valores diferente de acordo com o género a que o jovem pertence.

Hipótese 2: Existe uma hierarquia de valores diferente de acordo com a faixa etária a que o jovem pertence.

Hipótese 3: Existe uma hierarquia de valores diferente, de acordo com o nível de ensino, ou seja, é diferente para os jovens que frequentam o ensino secundário ou superior.

Hipótese 4: Existe uma hierarquia de valores influenciada pela tipologia da família de origem (nuclear, alargada, monoparental ou reconstituída).

Definição da Amostra:

Na realização da pesquisa, procedeu-se a um estudo empírico, dirigido a uma amostra representativa de jovens dos dois sexos, entre os 15 aos 24 anos, estudantes do ensino secundário ou universitário, do ensino público, privado ou profissional, em estabelecimentos de ensino no concelho de Coimbra. Foram excluídos os jovens que não se encontravam na situação de estudantes e/ou que na altura fossem casados ou vivessem maritalmente. Distribuíram-se 500 questionários e foram todos recolhidos, sendo dados como válidos 362 e os restantes anulados por incorrecto preenchimento ou falta de respostas. A amostra ficou, assim, constituída por 362 jovens, entre os 15 e os 24 anos, com uma média de idades de 19,58 e um desvio-padrão de 2,38, sendo 112 do sexo masculino (30,7%) e 250 do sexo feminino (69,3%). Verificou-se ainda que 142 (39,2%) frequentavam o ensino secundário e 220 (60,8%) o ensino superior (Quadro 1).

Quadro 1
Distribuição dos sujeitos por sexo e nível de escolaridade

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Nível de escolaridade	Secundário	Nº	62	80	142
		%	43,7%	56,3%	100%
		% do total	17,1%	22,1%	39,2%
	Superior	Nº	50	170	220
		%	22,7%	77,3%	100%
		% do total	13,8%	47%	60,8%
Total		Nº	112	250	362
		%	30,9%	69,1%	100%
		% do total	30,9%	69,1%	100%

Relativamente à tipologia familiar, a maioria dos jovens encontrava-se inserida em família nuclear com 268 (74%) inquiridos referindo que viviam com os pais ou com os pais e irmãos. Apareceram ainda com uma representação significativa os jovens integrados

em famílias alargadas (14,1%) e monoparentais (9,9%). As famílias reconstituídas apresentaram nesta amostra uma percentagem de 1,9% das respostas, o que levou a analisar, com algumas reservas, os resultados encontrados em função da tipologia familiar.

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A *Hipótese 1* foi confirmada, ou seja, sobre a conciliação da vida profissional e familiar, existe uma hierarquia de valores, de acordo com o género do jovem respondente. Este resultado é visível nos dados obtidos através da escala de Likert, onde a média da pontuação obtida foi de 78.17 para os rapazes e 84.72 para as raparigas, com um nível de significância de .000. A escala foi construída de modo a que a uma pontuação alta correspondesse à defesa de valores simétricos, pelo que, diante destes números, as jovens assumiam a defesa de valores de maior simetria na conciliação das esferas do trabalho e da família. A defesa destes valores, em número significativamente superior, por parte das raparigas não é novo² e parece corresponder a um desejo de mudança relativamente aos padrões de assimetria, genericamente muito marcados na geração das suas mães. As taxas elevadas de actividade profissional femininas em Portugal têm contribuído para uma maior visibilidade e importância da repartição das tarefas domésticas, mas as mudanças ainda são, nos nossos dias e de acordo com diversos estudos, mais limitadas ao discurso do que à prática³.

O desejo expresso pelas jovens da nossa amostra de uma igualdade de direitos nos planos profissional e familiar não parecia, contudo, encontrar o mesmo eco nos jovens do sexo masculino. Mesmo defendendo valores igualitários, os rapazes tendencialmente apontavam para a defesa de um modelo simétrico atenuado, no qual era reconhecido às suas companheiras o direito ao trabalho, no pressuposto de que deveriam assumir a maior parte das responsabilidades domésticas. As diferenças verificadas sobre os valores de rapazes e raparigas, em relação à conciliação, aparecem na mesma linha de outras diferenças encontradas na segunda parte do questionário, posicionando-se os jovens de modo diferente, em função do género a que pertenciam e no que respeita a determinadas dimensões da esfera da família ou do trabalho.

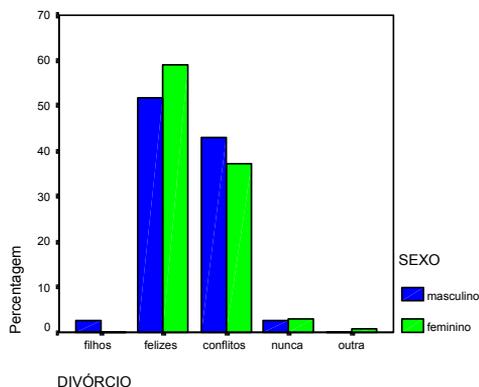
Assim, relativamente à família as jovens, em número superior aos seus colegas do sexo masculino, colocaram a tónica na importância da afectividade e da construção de um projecto comum no casamento, defendendo ainda, em maior número, a família como o aspecto mais importante na vida. Esta tónica colocada, pelas jovens respondentes, na importância da componente relacional para a conjugalidade é, de acordo com Giddens (2001), uma característica da modernidade ocidental, pressupondo a procura de uma 'relação especial' que deve ser continuamente negociada e discutida, para que o casamento se mantenha satisfatório para ambas as partes. Mais do que a valorização do casamento institucional, os jovens em geral (e em maior número as raparigas) defenderam como verdadeiramente importante a qualidade da relação (93,2% de jovens do sexo feminino e 89,3% do sexo masculino defenderam o casamento como 'um projecto de vida a dois com a pessoa de quem se gosta') (Quadro 2).

Quadro 2
Opinião dos jovens sobre o casamento em função do sexo

		Para si o casamento é:				Total
		Um projecto de vida a dois com a pessoa de quem se gosta	Um compromisso para toda a vida	Um meio legítimo de satisfação sexual	Outra	
Sexo	Masculino	Nº 100	10	1	1	112
	% 89,3%	8,9%	0,9%	0,9%	100,0%	
Feminino	Nº 233	13	1	3	250	
	% 93,2%	5,2%	0,4%	1,2%	100,0%	
Total		Nº 333	23	2	4	362
		% 92,0%	6,4%	0,6%	1,1%	100,0%

Na mesma linha de resultados, foram ainda as raparigas a considerar, em número superior aos rapazes, a hipótese de ruptura conjugal quando está em causa a qualidade da relação. Sobre este assunto, os jovens do sexo masculino, embora maioritariamente defendessem o divórcio quando os cônjuges não são felizes (51,8% nos rapazes e 59,2% nas raparigas), numa percentagem superior às raparigas, consideraram, porém, o recurso a essa situação apenas no caso da existência de conflitos graves entre o casal (42,9% nos rapazes e 37,2% nas raparigas) (Gráfico 1).

Gráfico 1
Opinião dos jovens sobre o divórcio em função do sexo



As conclusões a que a estes resultados conduzem – e que, de algum modo, são surpreendentes – remetem para uma atitude, por parte das jovens, de maior exigência com a conjugalidade, recusando a manutenção de um relacionamento quando as expectativas de felicidade e de uma relação satisfatória se tornaram impossíveis. Com esta opinião, as raparigas recusam, assim, os valores mais conservadores, segundo os quais era atribuído às mulheres o papel de ‘guardiãs’ da família e cujo objectivo principal seria a manutenção dos laços familiares em quaisquer circunstâncias⁴. Nesta sequência, são também as jovens que demonstram maior intolerância na questão da

infidelidade masculina e feminina, recusando a aceitação de relações extraconjugais. A intolerância das jovens, de certa forma, contraria uma prática socialmente instituída de maior aceitação da infidelidade masculina, considerada reprovável, nomeadamente, pela moral católica, mas que as mulheres em gerações anteriores eram incentivadas a desvalorizar e a encarar como uma característica inerente à masculinidade. Ainda devido, em parte, a esses modelos, os rapazes, embora maioritariamente recusem a infidelidade masculina e feminina, aceitam-na em maior número 'quando o casal não se dá bem' ou 'quando o outro lhe foi infiel'.

As questões da contracepção não apontaram diferenças significativas. Rapazes e raparigas (95,6%), independentemente do sexo, defenderam que essa responsabilidade deve ser do casal em conjunto. Verificou-se, porém, uma maior tendência masculina para a opção genérica de 'qualquer método' (77,7% do sexo masculino e 73,6% do sexo feminino), enquanto as raparigas consideraram, em número superior aos rapazes, a opção pelo 'uso do preservativo' (25,2% do sexo feminino e 20,5% do sexo masculino) (Quadro 3).

Quadro 3
Opinião dos jovens sobre o uso de métodos contraceptivos em função do sexo

		Qual a sua opinião sobre o uso de métodos contraceptivos?				Total	
		Qualquer deles pode ser usado para evitar uma gravidez indesejada	Apenas concorda com o uso do preservativo	Apenas concorda com o uso de métodos contraceptivos femininos	Apenas discorda do uso do preservativo		
Sexo	Masculino	Nº	87	23	1	112	
		%	77,7%	20,5%	0,9%	0,9%	100,0%
	Feminino	Nº	184	63	1	250	
		%	73,6%	25,2%	0,4%	0,8%	100,0%
Total		Nº	271	86	2	362	
		%	74,9%	23,8%	0,6%	0,8%	100,0%

Estas respostas não esclarecem, porém, se persiste alguma resistência dos jovens em relação ao uso de um contraceptivo masculino, considerado, actualmente, como um dispositivo eficaz na luta contra as doenças sexualmente transmissíveis. Será que as diversas campanhas sobre a prevenção destas doenças não têm chegado aos jovens? Ou também serão estas respostas expressão da falta de uma educação sexual nas escolas que há décadas tem vindo a ser discutida e nunca efectivamente implementada?

Os rapazes demonstram maior tolerância, por outro lado, relativamente à interrupção voluntária da gravidez, quanto à hipótese de recurso ao aborto 'nas primeiras doze semanas de gravidez independentemente das razões' (20% dos rapazes aceitam-na contra 13% de raparigas), 'quando o casal não tem condições para sustentar a criança' (52% de rapazes contra 45% de raparigas) ou 'quando está em causa a saúde da mãe' (69% de rapazes contra 63% de raparigas). Estes valores mais 'liberais', por parte dos rapazes, num tema que tem dividido a sociedade portuguesa, indicia, porventura, um maior pragmatismo e distanciamento masculino perante a eventualidade de uma gravidez indesejada. As raparigas, educadas e vocacionadas para os valores da maternidade, parecem revelar maior reserva em relação ao aborto, comparativamente com os rapazes, mesmo 'quando está em causa a saúde da mãe' (Quadro 4).

Quadro 4
Opções apresentadas pelos jovens para justificar o recurso à Interrupção
Voluntária da Gravidez (IVG) em função do sexo

			Sexo	
			Masculino	Feminino
Nas primeiras 12 semanas independentemente das razões	não	Nº	90	217
		%	80%	87%
	sim	Nº	22	33
		%	20%	13%
Sempre que for essa a vontade da mãe	não	Nº	100	210
		%	89%	84%
	sim	Nº	12	40
		%	11%	16%
Quando pai não deseja aquele filho	não	Nº	109	247
		%	97,3%	98,8%
	sim	Nº	3	3
		%	2,7%	1,2%
Quando casal não tem condições para sustentar a criança	não	Nº	54	138
		%	48%	55%
	sim	Nº	58	112
		%	52%	45%
Quando está em causa a saúde da mãe	não	Nº	35	93
		%	31%	37%
	sim	Nº	77	157
		%	69%	63%
Quando o feto é deficiente	não	Nº	41	64
		%	37%	26%
	sim	Nº	71	186
		%	63%	74%
Quando a gravidez resultou de violação	não	Nº	19	40
		%	17%	16%
	sim	Nº	93	210
		%	83%	84%

Acerca da actividade profissional feminina, as respostas apresentam alguns resultados já esperados e outros menos esperados e, de certa forma, contraditórios. Maioritariamente, raparigas e rapazes (cerca de 90%, no conjunto) defenderam que uma mulher deve trabalhar sempre que for essa a sua vontade, mas não deixa de ser significativo que um grupo pequeno, mas expressivo (10,7% de rapazes e 6,8% de raparigas), considerasse que, no caso de incompatibilidade do trabalho com a vida familiar, a opção devia ser pela família (Quadro 5).

Quadro 5
Opinião dos jovens sobre o trabalho da mulher em função do sexo

		Uma mulher deve trabalhar:				Total
		Sempre que seja essa a sua vontade	Se o trabalho não prejudicar a vida familiar	Até o primeiro filho nascer	Apenas em caso de necessidade económica	
Sexo	Masculino	Nº	98	12	1	112
		%	87,5%	10,7%	0,9%	100,0%
	Feminino	Nº	228	17	1	250
		%	91,2%	6,8%	1,6%	100,0%
Total		Nº	326	29	5	362
		%	90,1%	8,0%	1,4%	100,0%

Quando, posteriormente, foi colocada a hipótese de as mulheres desistirem da actividade profissional, numa questão semelhante à anterior, mas em que se introduziu, expressamente, a necessidade de cuidar dos filhos, a opção por a mulher nunca deixar a actividade profissional desceu para 59,7% (na primeira pergunta, esse valor era de 90,1%), embora as diferenças de género se mantivessem, com 62,8% das raparigas a assumirem que nunca se deverá deixar a actividade profissional, enquanto essa opinião era nos rapazes de 52,7% (Quadro 6).

Quadro 6
Opinião dos jovens sobre os motivos porque uma mulher deve abdicar da sua carreira em função do sexo

		As mulheres devem abdicar da sua actividade profissional					Total
		Até os filhos irem para a escola	Quando o ordenado do marido garantir o sustento da família	Quando o trabalho não lhe permitir assegurar as suas responsabilidades familiares e os cuidados dos filhos	Nunca devem abdicar da sua actividade profissional		
Sexo	Masculino	Nº	5	10	38	59	112
		%	4,5%	8,9%	33,9%	52,7%	100,0%
	Feminino	Nº	7	5	81	157	250
		%	2,8%	2,0%	32,4%	62,8%	100,0%
Total		Nº	12	15	119	216	362
		%	3,3%	4,1%	32,9%	59,7%	100,0%

Estes resultados causam alguma perplexidade, principalmente por se tratar de jovens numa fase adiantada dos seus estudos (nível do secundário ou superior) e que se preparam, há anos, para a perspectiva de uma carreira profissional, de algum modo, admitiam a possibilidade de as mulheres abandonarem a profissão⁵, em nome de responsabilidades familiares.

Por outro lado, a importância atribuída ao papel maternal é também evidenciada. Na questão acerca de quem deveria faltar ao trabalho para ficar em casa com uma criança pequena, 20% dos inquiridos, sem grandes diferenças em função do sexo, consideraram que essa é uma responsabilidade exclusiva da mãe (Quadro 7).

Quadro 7
Opinião dos jovens sobre o quem deve faltar ao trabalho para ficar em casa com uma criança pequena doente em função do sexo

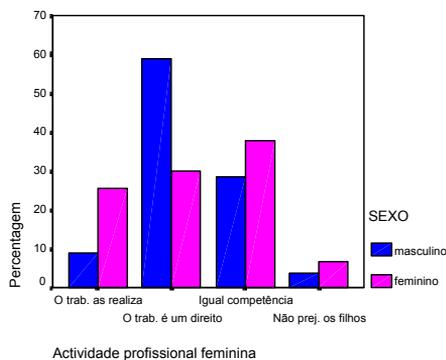
		No caso de uma criança doente (até aos três anos) adoecer, quem deve ficar em casa com ela?					Total
		O pai	A mãe	É indiferente (pai ou mãe)	A avó	Outras pessoas disponíveis	
Sexo	Masculino	Nº	23	83	4	2	112
		%	20,5%	74,1%	3,6%	1,8%	100,0%
	Feminino	Nº	1	189	3	4	250
		%	0,4%	75,6%	1,2%	1,6%	100,0%
Total		Nº	1	272	7	6	362
		%	0,3%	75,1%	1,9%	1,7%	100,0%

Na realidade e apesar do reconhecimento de valores igualitários, tanto por parte das raparigas como dos rapazes, as diferenças de género tornaram-se muito mais marcadas quando os inquiridos foram chamados a optar entre o investimento feminino

na esfera do trabalho e o papel das mulheres como mães. Assim, as raparigas, em número superior, reconheceram a importância de nunca abandonar a carreira enquanto os rapazes expressaram valores mais tradicionais, considerando que às suas companheiras competiriam maiores responsabilidades familiares e, conseqüentemente, menor investimento na esfera profissional. Não existindo neste questionário, porém, uma pergunta acerca do trabalho masculino, fica a dúvida se considerariam também que os homens devem prescindir do trabalho profissional quando este se torna incompatível com as responsabilidades familiares ou quando o ordenado da esposa garantisse o sustento da família.

Ainda sobre o trabalho feminino, a questão em que mais se acentuaram as diferenças de género é acerca dos motivos pelos quais as mulheres devem trabalhar. Maioritariamente, os rapazes consideraram que o trabalho feminino é um direito de homens e mulheres (58,9%) enquanto esse número baixou para cerca de metade nas raparigas (30%). Estas optaram pela resposta de as mulheres trabalharem, porque homens e mulheres possuem as mesmas competências profissionais (37,6%), enquanto a mesma opção recolheu um número bastante inferior nos rapazes (28,6%). Finalmente, o trabalho profissional como necessidade de realização feminina foi defendido por um número bastante superior de raparigas (25,6% contra apenas 8,9% de rapazes) (Gráfico 2).

Gráfico 2
Opinião dos jovens sobre a actividade profissional feminina em função do sexo



As diferenças de género evidenciadas nas respostas, de algum modo sintetizam os valores dominantes dos jovens deste estudo em relação à actividade profissional feminina. Por um lado, rapazes e raparigas, marcadamente, demonstraram ter interiorizado valores de igualdade, nomeadamente, no campo profissional, reconhecendo à mulher o direito ao trabalho, embora, por outro lado, esse reconhecimento não pareça cimentado no mesmo reconhecimento de igualdade no campo profissional. Na verdade, se os respondentes defenderam valores de igualdade e de simetria de papéis acerca da conjugalidade, estes valores foram, principalmente entre os jovens do sexo masculino, baseados no pressuposto de que, porém, é inerente ao papel feminino a prioridade das responsabilidades familiares (no caso de trabalho e família competirem). Ao contrário,

as jovens, em muitas questões e principalmente nesta última, defenderam o exercício da actividade profissional não só como um direito, mas também como expressão de competência e uma fonte de realização pessoal.

A *Hipótese 2* desta pesquisa foi infirmada. Ou seja, sobre a conciliação da vida profissional e familiar, não se verificou nesta amostra uma hierarquia de valores diferente de acordo com a faixa etária a que o jovem pertence. Estes resultados, obtidos através da escala de Likert, demonstraram que a média obtida entre os vários grupos apresentava um nível de significância de .100, pelo que não existem diferenças significativas nos valores dos jovens sobre a conciliação.

Os dados obtidos nas duas partes que compuseram o questionário expressam algumas diferenças de opinião – confirmadas pelas diferentes médias obtidas para os três grupos de idades (15-17 anos, 18-20 anos e 21-24 anos) – que apontam para a defesa de valores de maior assimetria nos jovens com idades inferiores. Estas diferenças que, como referi anteriormente, não são significativas indicam, certamente, uma maior maturidade dos jovens mais velhos e que estarão mais perto de constituir a sua própria família. Também o facto de a idade trazer genericamente uma maior estabilidade relacional pode contribuir para algumas mudanças nos valores dos jovens sobre a conciliação das esferas da família e do trabalho. Por outro lado os mais novos, a viver ainda a sua adolescência e longe da constituição de uma nova família, serão ainda influenciados pelos modelos conjugais transmitidos pela família de origem.

Em relação às questões colocadas referentes à família e trabalho, foram os mais velhos a defender, em número superior, a família como o mais importante, bem como o casamento numa perspectiva de valorização de qualidade relacional. No nível etário dos 21-24 anos, 95% de jovens contra 88,3% na idade dos 15-17 anos, consideraram o casamento um projecto de vida a dois com a pessoa de quem se gosta (Quadro 8).

Quadro 8
Opinião dos jovens sobre o casamento em função do nível etário

		Para si o casamento é:				Total	
		Um projecto de vida a dois com a pessoa de quem se gosta	Um compromisso para toda a vida	Um meio legítimo de satisfação sexual	Outra		
Idade	15-17 anos	Nº	68	6	1	2	77
		%	88,3%	7,8%	1,3%	2,6%	100,0%
	18-20 anos	Nº	144	11	1	2	158
		%	91,1%	7,0%	0,6%	1,3%	100,0%
	21-24 anos	Nº	121	6			127
		%	95,3%	4,7%			100,0%
Total		Nº	333	23	2	4	362
		%	92,0%	6,4%	0,6%	1,1%	100,0%

Por outro lado, são também os jovens com idades mais elevadas que aderem em maior número (81,1% contra 74,1% nos 18-20 anos e 66,2% nos 15-17 anos) ao uso de qualquer método contraceptivo, a fim de evitar uma gravidez indesejada. De igual modo, também reconheciam, em número superior comparativamente aos respondentes mais jovens na amostra, o direito à interrupção voluntária da gravidez, com as escolhas de: 'sempre que for essa a vontade da mãe' (17% contra 13% nos 18-20 anos e 12% nos

15-17 anos); 'quando está em causa a saúde da mãe' (68% contra 62% e 63% nas idades mais baixas); 'quando o feto é deficiente' (77% contra 72% nos 18-20 anos e 60% nos 15-17 anos). Sobre este assunto, parecem ser os mais novos, o grupo dos 15-17 anos, a manifestarem maior permissividade, porque em número bastante superior, aderiram à interrupção voluntária da gravidez 'nas primeiras doze semanas independentemente das razões' (22% contra 13% e 14% nas restantes idades) e 'quando o casal não tem condições para sustentar a criança' (58%, enquanto essa percentagem é de 47% nos 18-20 anos e 39% nos 21-24 anos) (Quadro 9).

Quadro 9
Opções apresentadas pelos jovens para justificar o recurso à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) em função do nível etário

			Idade		
			15-17	18-20	21-24
Nas primeiras 12 semanas independentemente das razões	não	Nº	60	138	109
		%	78%	87%	86%
	sim	Nº	17	20	18
		%	22%	13%	14%
Sempre que for essa a vontade da mãe	não	Nº	68	137	105
		%	88%	87%	83%
	sim	Nº	9	21	22
		%	12%	13%	17%
Quando pai não deseja aquele filho	não	Nº	74	155	127
		%	96%	98%	****
	sim	Nº	3	3	
		%	3,9%	1,9%	
Quando casal não tem condições para sustentar a criança	não	Nº	32	83	77
		%	42%	53%	61%
	sim	Nº	45	75	50
		%	58%	47%	39%
Quando está em causa a saúde da mãe	não	Nº	29	58	41
		%	38%	37%	32%
	sim	Nº	48	100	86
		%	62%	63%	68%
Quando o feto é deficiente	não	Nº	31	45	29
		%	40%	28%	23%
	sim	Nº	46	113	98
		%	60%	72%	77%
Quando a gravidez resultou de violação	não	Nº	14	23	22
		%	18%	15%	17%
	sim	Nº	63	135	105
		%	82%	85%	83%

Esta atitude estará, na minha opinião, relacionada com o reconhecimento implícito, por parte deste grupo de jovens ainda na adolescência, da sua impossibilidade e imaturidade, nesta altura da vida, para assegurar o nascimento e educação de uma criança não desejada.

Relativamente ao trabalho feminino, voltaram a ser os jovens mais velhos a concordar em maior número que uma mulher deve trabalhar 'sempre que essa seja a sua vontade' (92% contra 89,2% nos 18-20 anos e 88,3% nos 15-17 anos), ao mesmo tempo que defenderam, também em maior número, o trabalho feminino como fonte de realização pessoal (29,1% nos 21-24 anos, 19% nos 18-20 anos e 9,1% nos 15-17 anos) (Quadro 10).

Quadro 10
Opinião dos jovens sobre a actividade profissional das mulheres
em função do nível etário

		As mulheres devem ter uma actividade profissional porque:				Total	
		O trabalho as realiza	Homens e mulheres têm o mesmo direito ao trabalho	Homens e mulheres têm as mesmas competências profissionais	O trabalho não prejudica as suas actividades para com os filhos		
Idade	15-17 anos	Nº	7	30	38	2	77
		%	9,1%	39,0%	49,4%	2,6%	100,0%
	18-20 anos	Nº	30	62	55	11	158
		%	19,0%	39,2%	34,8%	7,0%	100,0%
	21-24 anos	Nº	37	49	33	8	127
		%	29,1%	38,6%	26,0%	6,3%	100,0%
Total		Nº	74	141	126	21	362
		%	20,4%	39,0%	34,8%	5,8%	100,0%

De acordo com a análise dos resultados pela escala de Likert, a *Hipótese 3* da pesquisa foi confirmada. Assim, acerca da conciliação da vida profissional e familiar existe uma hierarquia de valores diferente para os jovens a frequentar o ensino secundário ou superior. Esta diferença é significativa, porque verifica-se um nível de significância de .019, com os estudantes do ensino secundário a obter uma média de 81.46 enquanto os estudantes do ensino superior obtêm uma média de 83.48. Assim, os jovens que frequentam o ensino superior defendem valores de maior simetria em relação à conciliação.

Os dados obtidos merecem ainda alguma reflexão, sobretudo a respeito da constituição da amostra. Como anteriormente foi referido, verificou-se um certo desequilíbrio no número de respondentes, em função do sexo, com uma percentagem de raparigas bastante superior no ensino universitário. Tendo em conta que a *Hipótese 1* do estudo, referente à variável sexo, foi confirmada, podemos colocar a questão se a *Hipótese 1* e a *Hipótese 3* se influenciarem mutuamente, já que as raparigas apareciam sobrerrepresentadas entre os jovens do ensino superior. Por outro lado, o facto de os resultados apontarem para valores igualitários, mais acentuados no ensino superior, certamente estará relacionado com um posicionamento dos jovens, nomeadamente, das jovens, de não desistirem da carreira profissional para a qual estão a investir há vários anos. Com uma frequência universitária, os jovens terão, certamente, maior consciência das dificuldades inerentes à entrada no mercado de trabalho e à construção de uma carreira profissional que exigirá uma partilha mais equilibrada entre os sexos quanto ao tempo dedicado à actividade profissional e à vida familiar.

A análise das respostas, na segunda parte do questionário, manifesta diferenças nos valores familiares e profissionais que resultaram do posicionamento dos dois níveis de escolaridade. Assim, são os estudantes do nível superior que mais enfatizam a importância da família (87,3% contra 73,9%) e o casamento de carácter relacional – um projecto de vida a dois com a pessoa de quem se gosta (95% contra 87,3% nos jovens do ensino secundário) (Quadro 11).

Quadro 11
Opinião dos jovens sobre o casamento em função do nível de escolaridade

			Para si o casamento é:				Total
			Um projecto de vida a dois com a pessoa de quem se gosta	Um compromisso para toda a vida	Um meio legítimo de satisfação sexual	outra	
Nível de escolaridade	Secundário	Número	124	13	2	3	142
		% nível de escolaridade	87,3%	9,2%	1,4%	2,1%	100,0%
	Superior	Número	209	10		1	220
		% nível de escolaridade	95,0%	4,5%		,5%	100,0%
Total		Número	333	23	2	4	362
		% nível de escolaridade	92,0%	6,4%	,6%	1,1%	100,0%

No que respeita ao divórcio, também em número ligeiramente superior aos seus colegas do secundário, os estudantes universitários consideraram que é aceitável quando está em causa a qualidade da relação (58,2% no ensino superior e 54,9% no secundário), posicionando-se em relação à infidelidade com valores de maior intolerância. Assim, 85,5% e 83,6% dos jovens do ensino superior defenderam que a infidelidade masculina e feminina respectivamente, nunca é aceitável, enquanto 81% e 80,3% dos jovens do ensino secundário consideraram igualmente inaceitável a infidelidade masculina e feminina. Estes resultados inspiram algumas questões: esta intolerância estará relacionada com uma maior valorização da família e do casamento visto como espaço privilegiado de afectividade onde a infidelidade na relação não são admitidas? Ou será que estes jovens se tornam mais intransigentes em relação à infidelidade, por terem relacionamentos mais estáveis e prevendo assumirem, a curto prazo, um compromisso definitivo?

As questões relativas à interrupção voluntária da gravidez indicam, entre os alunos do ensino secundário, maior aceitação em quase todas as hipóteses apresentadas, nomeadamente, 'quando o casal não tem condições para sustentar a criança', designadamente, 56% contra 41% dos jovens do ensino superior. Estes aceitaram o recurso ao aborto, em número superior aos colegas do ensino secundário, apenas por motivos ligados a questões de saúde (Quadro 12).

Quadro 12
Opções apresentadas pelos jovens para justificar o recurso à Interrupção
Voluntária da Gravidez (IVG) em função do nível de escolaridade

		Nível de escolaridade		
			Secundário	Superior
Nas primeiras 12 semanas independentemente das razões	não	Nº	116	191
		%	82%	87%
	sim	Nº	26	29
		%	18,3%	13,2%
Sempre que for essa a vontade da mãe	não	Nº	120	190
		%	85%	86%
	sim	Nº	22	30
		%	15%	14%
Quando pai não deseja aquele filho	não	Nº	137	219
		%	96%	***
	sim	Nº	5	1
		%	3,5%	0,5%
Quando casal não tem condições para sustentar a criança	não	Nº	63	129
		%	44%	59%
	sim	Nº	79	91
		%	56%	41%
Quando está em causa a saúde da mãe	não	Nº	53	75
		%	37%	34%
	sim	Nº	89	145
		%	63%	66%
Quando o feto é deficiente	não	Nº	51	54
		%	36%	25%
	sim	Nº	91	166
		%	64%	75%
Quando a gravidez resultou de violação	não	Nº	23	36
		%	16%	16%
	sim	Nº	119	184
		%	84%	84%

Estas diferenças de posicionamento no caso da interrupção voluntária da gravidez remetem para conclusões semelhantes àquelas verificadas anteriormente, em relação ao nível etário. Ou seja, são os jovens mais novos, a frequentar o ensino secundário, com relacionamentos mais inconsistentes, que reconheceram, em maior número, a incapacidade para assumir o nascimento de uma criança não desejada.

O trabalho feminino, por seu turno, recebeu, entre os jovens do ensino superior, como anteriormente foi referido, observações mais igualitárias, assumindo, em maior número, que uma mulher devia trabalhar sempre que seja essa a sua vontade (92,3% contra 86,6%) e que nunca devia deixar a actividade profissional (61,8% contra 56,3%) (Quadro 13).

Quadro 13
Opinião dos jovens sobre o trabalho da mulher em função
do nível de escolaridade

		Uma mulher deve trabalhar:				Total	
		Sempre que seja essa a sua vontade	Se o trabalho não prejudicar a vida familiar	Até o primeiro filho nascer	Apenas em caso de necessidade económica		
Nível de escolaridade	Secundário	Número	123	15	3	1	142
		%	86,6%	10,6%	2,1%	,7%	100,0%
	Superior	Número	203	14	2	1	220
		%	92,3%	6,4%	,9%	,5%	100,0%
Total		Número	326	29	5	2	362
		%	90,1%	8,0%	1,4%	,6%	100,0%

No entanto, não deixou de causar alguma perplexidade o facto de os mesmos jovens, num segmento significativo de inquiridos e em número ligeiramente superior (33,6% no superior e 31,7% no secundário), defenderem que uma mulher devia abdicar da sua actividade profissional quando o trabalho não lhe permitisse assegurar as suas responsabilidades familiares e os cuidados aos filhos. (Quadro 14)

Quadro 14
Opinião dos jovens sobre os motivos porque as mulheres devem abdicar da actividade profissional em função do nível de escolaridade

		As mulheres devem abdicar da sua actividade profissional					Total
		Até os filhos irem para a escola	Quando o ordenado do marido garantir o sustento da família	Quando o trabalho não lhe permitir assegurar as suas responsabilidades familiares e os cuidados aos filhos	Nunca		
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Secundário	Número	8	9	45	80	142
		%	5,6%	6,3%	31,7%	56,3%	100,0%
	Superior	Número	4	6	74	136	220
		%	1,8%	2,7%	33,6%	61,8%	100,0%
Total	Número	12	15	119	216	362	
	%	3,3%	4,1%	32,9%	59,7%	100,0%	

É ainda significativo, sobre este assunto, referir que os jovens universitários, em número consideravelmente superior, comparativamente aos do ensino secundário, assumiram que o trabalho feminino é importante como fonte de realização (27,3% contra 9,9%).

Os resultados causam, porém, algum embaraço, uma vez que o universo da amostra é constituído por jovens numa fase adiantada de escolarização e num ambiente urbano. À partida, as características da amostra levariam a pensar numa representação da conjugalidade, na qual os papéis femininos e masculinos não mitigassem o investimento na actividade profissional, o que, numa fracção, considerável, não se veio a confirmar. Ao colocarem a responsabilidade do cuidado dos filhos sobre a mulher e a maternidade, endossam, indirectamente, as assimetrias do mercado de trabalho e contradizem o investimento das jovens na perspectiva de uma futura carreira profissional. Esta atitude parece confirmar a opinião de Lagrave (1991: 106) de que a sociedade apresenta um duplo padrão-moral, no que respeita ao investimento profissional: 'os homens constróem uma carreira, as mulheres abandonam o lar'.

A *Hipótese 4* da investigação foi infirmada. Assim, não se registaram diferenças significativas nos valores dos jovens sobre a conciliação da vida profissional e familiar, em função da variável tipologia familiar. Os testes post-hoc revelaram, contudo, que a maior variabilidade se regista entre os respondentes inseridos em famílias alargadas e reconstituídas. Assim, em conjunto com os resultados obtidos na segunda parte do questionário, irei tirar algumas conclusões sucintas sobre diferenças pontuais encontradas nas respostas dos jovens inseridos nas diversas tipologias familiares. Desta forma, são os jovens inseridos em famílias reconstituídas os que mais valorizaram a família (85% contra 83,3% em monoparentalidade, 78,4% em família alargada e 82,5% em nuclear), bem como o casamento numa perspectiva relacional (100% em família

reconstituída e 97,2%, 88,2% e 91,8% em famílias monoparental, alargada e nuclear respectivamente). Este é, sem dúvida, um aspecto importante, porque estes jovens que, provavelmente, já viveram situações de ruptura conjugal acreditam, mais do que os outros, que a família deve ser um espaço de afecto e de bem-estar (Quadro 15).

Quadro 15
Opinião dos jovens sobre o casamento em função da tipologia familiar

			Para si o casamento é:				Total
			Um projecto de vida a dois com a pessoa de quem se gosta	Um compromisso para toda a vida	Um meio legítimo de satisfação sexual	Outra	
FAMÍLIA	Nuclear	Número	246	19	2	1	268
		%	91,8%	7,1%	,7%	,4%	100,0%
	Alargada	Número	45	4		2	51
		%	88,2%	7,8%		3,9%	100,0%
	Monoparental	Número	35			1	36
		%	97,2%			2,8%	100,0%
	Reconstituída	Número	7				7
		%	100,0%				100,0%
Total	Número	333	23	2	4	362	
	%	92,0%	6,4%	,6%	1,1%	100,0%	

Na mesma linha de orientação, foram os jovens inseridos em famílias reconstituídas que, em número superior aos restantes (85,7% enquanto nas restantes tipologias esse número ronda os 56%), defenderam o recurso ao divórcio em caso de infelicidade conjugal (Quadro 16).

Quadro 16
Opinião dos jovens sobre o divórcio em função da tipologia familiar

			O divórcio é aceitável:					Total
			Quando o casal não tem filhos	Quando um dos elementos ou os dois não são felizes	Quando há conflitos graves entre o casal	Nunca	Outra	
FAMÍLIA	Nuclear	Número	2	151	104	9	2	268
		%	,7%	56,3%	38,8%	3,4%	,7%	100,0%
	Alargada	Número		29	21	1		51
		%		56,9%	41,2%	2,0%		100,0%
	Monoparental	Número	1	20	15			36
		%	2,8%	55,6%	41,7%			100,0%
	Reconstituída	Número		6	1			7
		%		85,7%	14,3%			100,0%
Total	Número	3	206	141	10	2	362	
	%	,8%	56,9%	39,0%	2,8%	,6%	100,0%	

No que respeita ao ao trabalho feminino, são os jovens a viver em famílias monoparentais (94,4%) ou reconstituídas (100%) os que mais valorizaram a actividade profissional feminina (essa posição nas tipologias familiares alargada e nuclear é de aproximadamente 90%). De igual modo, foram ainda os jovens inseridos em monoparentalidade os que menos aceitaram a hipótese de uma mulher desistir do seu trabalho, considerando também em maior número, que homens e mulheres têm o mesmo direito ao trabalho. A este posicionamento, certamente, não será alheio o facto de nestas famílias a mulher garantir, na maior parte, a sobrevivência familiar. Assim

sendo, o trabalho feminino é perspectivado como imprescindível, aparecendo a realização ou a competência profissional da mulher como elementos secundários no contexto de monoparentalidade (Quadro 17).

Quadro 17
Opinião dos jovens sobre a actividade profissional das mulheres
em função da tipologia familiar

		As mulheres devem ter uma actividade profissional porque				Total	
		O trabalho as realiza	Homens e mulheres têm o mesmo direito ao trabalho	Homens e mulheres têm as mesmas competências profissionais	O trabalho não prejudica as suas actividades para com os filhos		
FAMÍLIA	Nuclear	Número	51	105	93	19	268
		%	19,0%	39,2%	34,7%	7,1%	100,0%
	Alargada	Número	15	19	17		51
		%	29,4%	37,3%	33,3%		100,0%
	Monoparental	Número	7	15	12	2	36
		%	19,4%	41,7%	33,3%	5,6%	100,0%
	Reconstituída	Número	1	2	4		7
		%	14,3%	28,6%	57,1%		100,0%
Total		Número	74	141	126	21	362
		%	20,4%	39,0%	34,8%	5,8%	100,0%

CONCLUSÃO

Os jovens, nesta amostra, genericamente, demonstram adesão a valores igualitários, no que respeita à conciliação entre actividade profissional e vida familiar. Estes valores apresentaram, contudo, e à semelhança do estudo efectuado por Torres (1996), diferenças significativas entre rapazes e raparigas, sendo estas aquelas que, de forma mais acentuada, valorizaram a importância da simetria na conciliação da vida pública e privada. A defesa do modelo simétrico defendido com mais clareza pelas jovens significará, provavelmente, uma expressiva vontade de mudança em relação aos modelos de conjugalidade baseados na assimetria de papéis vividos pelas gerações anteriores. Recorde-se que, actualmente, Portugal possui uma das mais elevadas taxas da actividade profissional feminina da Europa e que as mulheres portuguesas, ao contrário de outros países, por condicionalismos económicos, genericamente não interrompem a sua actividade profissional, quando os filhos são pequenos. Também a opção do trabalho em part-time não é prática usual nas empresas portuguesas, solução a que recorrem muitas famílias dos países nórdicos, onde o pai ou a mãe optam frequentemente por este modelo de trabalho, nos primeiros anos de vida dos seus filhos.

Por outro lado, a taxa de representatividade feminina no ensino universitário vem aumentando nas últimas décadas, com as estudantes a ingressarem em áreas de formação de tradicional predominância masculina e a terminarem os seus cursos em número superior aos seus colegas do sexo masculino.

No quadro da especificidade da realidade portuguesa, de algum modo os resultados obtidos situaram-se aquém das expectativas. O facto deste estudo ser dirigido a estudantes de estabelecimentos de ensino urbanos, numa fase adiantada dos seus estudos, levava a prever que a aderência ao modelo simétrico (de igualdade entre homens e mulheres na família e no trabalho) seria clara e unanimemente partilhada por rapazes e raparigas. De facto, assim não aconteceu. Embora a tendência geral aponte,

maioritariamente, para a escolha de valores de simetria, as respostas acerca das competências no espaço familiar manifestam que a um discurso de igualdade entre os sexos, não corresponde, porém, uma definição igualitária das tarefas e responsabilidades familiares. Um grupo significativo de jovens do sexo masculino a frequentar o ensino secundário considerou que, embora as mulheres tenham direito ao trabalho, a sua prioridade última são responsabilidades familiares e com os filhos em particular. A questão do direito ao trabalho, foi, neste sentido, um dos aspectos mais interessantes nesta pesquisa, porque são claras as diferenças de posição em função do género. Os rapazes, embora reconhecendo a importância do trabalho para a identidade de homens e mulheres, deixam, porém, implícito que a realização pessoal das mulheres passa, principalmente, pelas funções maternas, opinião não partilhada pela maioria das raparigas.

Para além destas questões, penso que é importante focar, em futuros trabalhos de investigação, o modo como os diferentes valores defendidos por rapazes e raparigas são geridos na convivência conjugal. Entre a vontade, por parte das jovens, de uma conjugalidade assente em valores simétricos e a defesa masculina de um modelo simétrico atenuado, qual poderá prevalecer no quotidiano conjugal? E qual o posicionamento dos rapazes em relação a um maior poder remuneratório por parte das raparigas? Haverá, por outro lado, maior igualdade na distribuição das tarefas domésticas, no caso de o contributo económico feminino ser superior ao masculino?

NOTAS

- 1 De acordo com Vasconcelos (1998b: 368), existem quatro modelos de conjugalidade. 1) O *casamento instituição*, de carácter 'fortemente tradicional' onde predominam os objectivos económicos quer ao nível patrimonial ou de 'sobrevivência material do grupo familiar', a 'supremacia masculina' e uma divisão rígida 'etério-sexual do trabalho e da conjugalidade'. 2) O *casamento aliança*, referindo a união baseada na solidariedade afectiva, mas onde as relações permanecem sexualmente diferenciadas e de 'subordinação feminina'. Neste caso, o divórcio é visto como um 'trauma, uma sanção social', pois, mesmo quando o amor termina, o dever da conjugalidade permanece um valor importante. 3) No *casamento fusão*, constata-se uma menor diferenciação sexual e a igualdade entre os sexos é visível na 'partilha de actividades e valores'. Neste caso, o divórcio aparece como um processo 'eventualmente doloroso', mas natural, quando se constata 'o fim do laço amoroso'. 4) No *casamento associação*, é notória a existência de uma 'forte contratualidade' e os cônjugues juntam esforços na 'construção reflexiva de um projecto familiar'. Neste tipo de conjugalidade, é assumida a igualdade efectiva de sexos e uma grande autonomia individual. O divórcio é naturalmente assumido sempre que terminam 'as razões contratuais e afectivas'.
- 2 Resultados idênticos foram encontrados no 'Inquérito aos Jovens do Concelho de Loures' (Torres 1996), no qual a defesa do modelo simétrico era protagonizada por 87,1% de raparigas e 74% de rapazes.
- 3 De acordo com Virgínia Ferreira (1999), os resultados de todos os estudos apontam para uma participação dos homens em 26% das tarefas domésticas, quando são eles

a responder, e cerca de 3% quando são as mulheres as respondentes.

- ⁴ De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, as mulheres são autoras de 62% das acções de divórcio litigioso (Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres 2001:86).
- ⁵ Em 2000, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, entre os portugueses com menos de 35 anos e habilitados com o grau superior, 62,8% eram mulheres (Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres 2001:59).

REFERÊNCIAS

- Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres
2001 *Portugal, Situação das Mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres
- Ferreira, Virgínia
1999 'Os Paradoxos da Situação das Mulheres em Portugal'. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-3. pp.199-227.
- Giddens, Anthony
2001 *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- Infante, Fernanda
1989 'Alguns Dados Sobre o Quotidiano das Famílias Portuguesas: Resultados de um Inquérito'. In *Tempo para o Trabalho, Tempo para a Família*. Editado por Esther Liñares, Fernanda Infante e Maria Luísa Botelho. Lisboa: Direcção Geral da Família. pp. 41-64.
- Lagrange, Rose-Marie
1991 'Uma Emancipação sob Tutela: Educação e Trabalho das Mulheres no Século XX'. In *História das Mulheres no Ocidente*. Volume 5. Editado por Georges Duby e Michelle Perrot. Porto: Edições Afrontamento. pp.505-50.
- Saraceno, Chiara
1995 *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Torres, Anália Cardoso
1996 'A Família'. In *Jovens de Hoje e de Aqui: Resultados do Inquérito à Juventude do Concelho de Loures*. Número temático. *Cadernos de Estudos Locais*, 5. Loures: Câmara Municipal de Loures. pp.109-30.
- Vasconcelos, Pedro
1998a 'Vida Familiar'. In *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Editado por José Machado Pais. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. pp.321-406.
1998b "'Práticas e Discursos da Conjugalidade e de Sexualidade dos Jovens Portugueses'. In *Jovens Portugueses de Hoje: Resultados do Inquérito de 1997*. Editado por Manuel Vilaverde Cabral e José Machado Pais. Oeiras: Celta Editora. pp.215-306.